

Visão do Direito



Acir Gurgacz

É presidente da Anatrip (Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros)

Anatrip luta por indenização por prejuízos durante a pandemia

A pandemia da covid-19 trouxe consigo uma série de desafios inimagináveis e para o setor de transporte não foi exceção. Durante os anos de 2020 e 2021, as empresas associadas da Anatrip sofreram sérios prejuízos devido às medidas determinadas pela União, que afetaram diretamente suas atividades. Por isso, a Anatrip ingressou com uma ação judicial visando à reparação desses danos.

As empresas associadas foram obrigadas a cumprir uma série de imposições, desde a paralisação total das atividades até modificações operacionais e econômicas que impactaram sua rotina de serviços. As mudanças nas regulamentações e as interferências da

ANTT provocaram abalos financeiros significativos, resultando em danos econômicos para as empresas representadas pela associação.

Em sua petição inicial, a Anatrip argumenta que os atos da autarquia geraram prejuízos diretos às empresas do setor, e por isso, uma indenização se faz necessária para ressarcir os danos. A autarquia, por sua vez, apresentou contestação ao processo, mas, para nós da Anatrip, essa contestação apenas reforça que as ações restritivas à operação das empresas causaram os prejuízos. Em resposta, a Anatrip apresentou uma réplica à contestação, reiterando a solicitação de indenização para as empresas afetadas pelas

medidas do governo e da ANTT durante os anos de pandemia.

A ação está sendo acompanhada de perto por outros operadores do setor, que aguardam o desfecho para possíveis repercussões em outros casos semelhantes. Um documento publicado pelo Ministério da Economia sobre os impactos da pandemia na economia brasileira, destaca o setor de transporte de passageiros como um dos mais impactados pela pandemia, evidenciando a necessidade de o governo federal e o Congresso Nacional viabilizarem iniciativas de socorro ao setor.

Como presidente da Anatrip, posso afirmar que sem a ajuda do governo,

muitos segmentos do transporte tiveram e ainda estão tendo dificuldades para se recuperarem. E, por isso, ainda estamos buscando medidas para recuperação plena. A indenização é um passo crucial para garantir que as empresas possam retomar suas atividades com segurança e eficiência e para que possamos construir um futuro mais resiliente e sustentável para o setor de transporte.

Estamos comprometidos em lutar por justiça e equidade para nossas empresas associadas, e esperamos que o governo e a sociedade em geral reconheçam a importância desse setor para a economia e para a mobilidade da população.



Wilson Sahade

Sócio do escritório Lecir Luz e Wilson Sahade Advogados

Consultório jurídico

O relator da Reforma Tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou propostas para a revisão das alíquotas aplicadas ao setor imobiliário, com o objetivo de simplificar a tributação e promover o crescimento do mercado. Ele sugere reduções nas alíquotas para a venda, locação e construção de imóveis, visando incentivar o setor e facilitar o acesso à moradia. Como essa medida impacta o setor?

A proposta do relator da Reforma Tributária, ao sugerir a redução das

alíquotas aplicadas ao setor imobiliário, é uma medida crucial para fortalecer um dos pilares da economia nacional: a construção civil. No relatório divulgado, o relator defendeu a diminuição das alíquotas aplicáveis às operações de venda, locação e construção de imóveis, com o objetivo de simplificar o sistema tributário e estimular o setor.

Entre as mudanças propostas, destaca-se a introdução de alíquotas diferenciadas para o setor imobiliário dentro do novo modelo tributário, que prevê a substituição de tributos como PIS/Cofins pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Essa diferenciação busca reconhecer as especificidades do

setor e reduzir o impacto tributário que tradicionalmente onera suas operações.

Além disso, a proposta visa promover maior competitividade ao setor, ao reduzir o custo final de imóveis tanto para os consumidores quanto para os investidores. Isso pode impactar de forma favorável o preço de aluguéis e de imóveis novos, gerando efeitos diretos na ampliação do acesso à moradia e no estímulo a novos projetos imobiliários.

A construção civil, sendo um setor intensivo em mão de obra e com ampla capacidade de alavancar outros segmentos da economia, beneficia-se diretamente dessas alterações. A simplificação tributária e a redução de alíquotas criam

um ambiente propício para o aumento da produtividade, incentivam a formalização e atraem investimentos tanto nacionais quanto internacionais. Esses fatores são determinantes para a geração de empregos e para a movimentação econômica regional e nacional.

Portanto, as mudanças propostas pelo relator são extremamente positivas e sinalizam o reconhecimento da relevância estratégica do setor imobiliário. Ao incentivar a construção, a locação e a venda de imóveis, a Reforma Tributária avança na promoção do desenvolvimento econômico sustentável e na redução do déficit habitacional, consolidando a construção civil como motor de progresso e inclusão social no Brasil.